

in Machado Pais e L. Chisholm Jovens em
Mudança, Actas do Congresso Inter-
cultural Growing up between centre
and Periphery, Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Lisboa
1993

Anália Cardoso Torres*

Casar? Por que não? – Práticas e perspectivas
de jovens portugueses

O segundo tipo de informações aqui analisadas diz respeito a um conjunto variado de resultados de inquéritos por questionário que têm sido aplicados aos jovens por equipas de investigação em que, com outros colegas, tenho participado².

Para começar a destrinçar os elementos deste aparente paradoxo, faz sentido visitar quer as propostas teóricas que no âmbito da sociologia da família se têm dedicado ao estudo das relações familiares, quer as perspectivas sociológicas, de âmbito mais global, que têm procurado explicar as mudanças recentes nas sociedades contemporâneas. Visita necessariamente breve e apenas focalizada nos aspectos mais imediatamente ligados ao tema do casamento.

Vários têm sido os autores que, quando se referem ao conjunto de transformações mais gerais nas práticas e nos valores referentes à família, sugerem a ideia da «desinstitucionalização» (Roussel, 1989). O que em geral se pretende significar com esta ideia é que nas sociedades contemporâneas se tende a valorizar na família e no casamento muito mais os valores intrínsecos do que os que se reportam ao respeito pela instituição em si mesma. Especificando, o que importa para um conjunto muito significativo de cidadãos é que a relação conjugal ela própria seja fonte de bem-estar e satisfação. Estes critérios tendem a tornar-se decisivos e sobrelevam os que se referem à manutenção a qualquer preço do laço institucional do casamento como parecia ocorrer no passado. Embora coexistam várias formas de encarar a relação conjugal, ganha peso a afirmação da «qualidade» da relação como critério para que ela se conserve. É também esta a perspectiva que Giddens parece defender ao identificar a ideia da «pure relationship» que poderia noutra linguagem significar relação auto-referenciada (Giddens, 1991).

Também J. Kellerhals, a partir de inúmeras pesquisas no campo da sociologia da família, e apesar de sugerir a coexistência de vários modelos e tipos de família, assinala a prevalência do chamado «modelo modernista» (Kellerhals, 1982). Caracteriza-se este modelo, entre outros aspectos, pela tendência para sobrepor o «eu» ao nós-casal, o que pode também implicar a valorização dos aspectos intrínsecos da relação conjugal em detrimento dos institucionais. Mais centrado no indivíduo, este modelo denota que não é o respeito pelo laço formal do casamento, mas o critério do bem-estar individual, que orienta as escolhas matrimoniais.

F. de Singly, além de sugerir explicações para a expansão do chamado casamento informal (Singly, 1981), tem insistido na importância das diferenças

de sexo no casamento salientando, a partir de diversas pesquisas, a necessidade de dar visibilidade à dimensão «sexual» dessas escolhas. Homens e mulheres fazem sobressair características diferentes quando se apresentam no mercado matrimonial (Singly, 1993), características valorizadas de forma diferenciada no decurso da vida conjugal e de acordo com os papéis sexuais (Singly, 1987). As regras e normas quanto à sexualidade referem-se a códigos diferentes consoante se é homem ou mulher.

E na verdade, como à frente se constatará, dar visibilidade às diferenças de sexo permite compreender e contribui para explicar parcialmente o paradoxo a que se fez referência no início. Casar ou coabitar parece ser uma opção comandada por várias circunstâncias, entre as quais a que se refere ao que se considera serem os comportamentos adequados ao género. Para muitos pais, ser divorciada pode ser, por exemplo, menos ameaçador para a reputação das filhas do que ter saído de uma mera coabitação. A forma de celebração do casamento parece ser um assunto do foro exclusivamente feminino. Situações de grande controlo paterno em relação a jovens mulheres podem transformar o casamento, por sua vez, no passaporte para adquirir outra liberdade. Estes e muitos outros aspectos tornam-se mais claros quando se dá a devida importância ao papel do género na conjugalidade.

Como os autores referidos bem evidenciam a descida da nupcialidade, o aumento do divórcio, a queda da natalidade, são explicáveis por mudanças de valores e de práticas em relação ao passado ainda recente. Transformações elas próprias tributárias de outras mudanças estruturais, como o crescimento das chamadas classes médias e da actividade feminina no exterior.

De facto, em toda a Europa o aumento da coabitação parece também demonstrar esse crescente desapego à instituição, que não significa necessariamente a recusa da conjugalidade ou do casamento formal. Mais do que não casar, os jovens tendem a retardar o casamento, ou seja, e como Kaufmann tão bem demonstra, houve também uma transformação quanto à entrada na vida conjugal (Kaufmann, 1993). Hoje, em muitos países da Europa, ela faz-se pela coabitação e não pelo casamento. Esta cerimónia, mais ou menos ritualizada, tende, nalguns países, a esperar pelo momento do nascimento do primeiro filho.

Mas já se sabe que falar da Europa, ou mesmo de um país, como um todo, ou de tendências convergentes, não deixa de constituir um exercício simplificador e relativamente grosseiro. Legislações, tradições religiosas, níveis de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferentes, não deixam de produzir variantes de práticas e de valores. É de algumas dessas divergências no plano das práticas, e tendo Portugal como ponto de partida, que esta comunicação se ocupa. O que se pretende sugerir tem, no entanto, um duplo registo. Por um lado, assinalam-se diferenças. Por outro, e ao verificar convergências no discurso dos inquiridos com os seus congéneres europeus a propósito da conjugalidade, propõe-se que se aprofunde um pouco mais este aparente paradoxo entre o que se pensa e o que se pratica.

Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (no prelo); e ainda, em Anália Torres, «Travail Féminin et relations conjugales: quelques exemples de l'influence entre sphère privée et sphère publique», em Ephesia, *La Place des Femmes: les Enjeux de l'Identité et de l'Egalité au Regard des Sciences Sociales*, Paris, La Découverte, 1995.

² Nomeadamente o inquérito aos Jovens do Concelho de Loures cujos resultados estão publicados em J. Ferreira de Almeida; J. Machado Pais; Anália Torres; Fernando Luis Machado; Paulo Ferreira e João Sedas Nunes, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures, 1996.

Parecem mais decisivos os aspectos pragmáticos da atitude face à instituição do casamento, na verdade, do que os que se poderiam caracterizar como posição de desinteresse ou desimportantização da instituição. O que dizem os jovens portugueses, e mesmo os mais velhos, é que perante um leque de opções possíveis escolhem o casamento se, e quando, essa situação lhes convier. Não se preocupam em respeitar a tradição ou em dar demasiada importância ao laço formal do casamento. Posição circunstancial que dadas as «circunstâncias» portuguesas acaba por se saldar num recurso mais frequente ao casamento do que no Centro ou Norte da Europa como também acontece, de resto, noutros países da Europa do Sul.

Este tipo de posição que se caracteriza por escolher, de um leque variado de posições e atitudes possíveis, a que melhor se adequa ao indivíduo e às suas circunstâncias, dando menor importância a praxizações rígidas e pré-fixadas, observa-se igualmente noutros domínios de aplicação dos valores que já se não referem ao casamento e à família. Cada vez menos se tende, no plano dos valores, a adoptar um «pacote» ideológico por inteiro, sendo cada vez mais frequente o recurso à «manufatura» de uma posição a partir de aspectos parcelares desta ou daquela proposta global. Afirmção que se retomará no fim, depois de viajar por algumas das diferentes posições dos jovens portugueses face à conjugalidade.

1. ENTRADA NA VIDA CONJUGAL PELO CASAMENTO, UMA OPÇÃO PRAGMÁTICA

Afirmou-se já que o modo mais frequente de entrar na vida conjugal em Portugal, como em geral na Europa do Sul – Itália, Grécia e Espanha – é o casamento e não a coabitação. Situação que contrasta com a de outros países como os do Norte da Europa, ou como a França ou a Suíça, onde se verifica maior tendência para que os jovens vivam juntos antes de casar, ou optem mesmo por se manter de forma continuada em situações de união de facto.

Na Suíça, a partir de um grande inquérito longitudinal iniciado em meados de 70, concluiu-se que 65% dos jovens casados tinham coabitado antes do casamento (Kellerhals, 1982). Em França, considera-se, por outro lado, que nos últimos anos se operou uma viragem significativa no processo de entrada na vida conjugal (Kaufmann, 1993). A união de facto, ou a convivência com grande proximidade³, surge como uma etapa de selecção de parceiros, só se realizando o casamento quando a relação dá garantias de estabilidade e/ou nasce o primeiro filho.

³ Por exemplo, passar fins de semana e férias juntos.

Para Portugal, os dados estatísticos do Censo de 1991 só vieram confirmar o que já tinha sido mostrado em vários inquéritos realizados aos jovens⁴. Dos que têm menos de 20 anos, só 0,5% declararam viver em união de facto, enquanto 1,6% tinham já casado. Dos 20 aos 24 anos, 2,4% viviam em coabitação e 24,9% eram casados. Finalmente, dos 25 aos 29, 3,7% coabitavam e 60,7% tinham casado.

São valores que demonstram com toda a clareza que a união de facto como situação estável tem poucos adeptos junto dos jovens portugueses. Mas vejamos, para contrastar, alguns dados sobre as opiniões.

No inquérito aos jovens do Concelho de Loures⁵, as respostas a uma pergunta sobre o casamento apontavam num sentido muito claro. A opinião segundo a qual «o casamento em si mesmo não tem grande importância, o que importa é o bom relacionamento entre duas pessoas» recolhe a concordância de 78 % dos inquiridos. Visão por isso desinstitucionalizada do casamento, como dissemos, fazendo supor que haverá outras razões pelas quais, apesar de lhes darem pouca importância, os jovens casam.

A escolha desta posição é ligeiramente diferenciada de acordo com o sexo, grau de instrução e religião. Não deixa de ser um pouco surpreendente à primeira vista⁶ que, apesar de ser ligeira a diferença, sejam as mulheres jovens a defender, mais do que os jovens do sexo masculino, a posição não institucional face ao casamento – 80% contra 76%. Os jovens que atingiram o ensino superior defendem mais do que os que só têm o ensino secundário a visão desinstitucionalizada do casamento (81% os primeiros e 75% os segundos). Também os ateus e os indiferentes tendem a aderir de forma mais significativa a esta posição (ambos 87%) do que os católicos e protestantes⁷ (75% e 41%).

A prevalência da posição não institucional pôde também ser verificada na pesquisa qualitativa a que fizemos referência. Também aí a exprimem a grande maioria do conjunto dos entrevistados, casados de várias idades e durações de casamento. Isolando os jovens, verifica-se exactamente a mesma tendência.

⁴ O facto da coabitação em Portugal ter poucos aderentes entre os jovens pôde ser confirmado a partir dos resultados de vários inquéritos. Em primeiro lugar, no inquérito promovido pelo IED em 1983, cf. J. Machado Pais, «Família, Sexualidade e Religião», *Análise Social*, vol. XXI, n.º 86; em segundo lugar, no Inquérito realizado pelo ICS à Juventude Portuguesa publicado em 1988; e ainda mais recentemente, em 1994, no inquérito aos jovens do Concelho de Loures, *op.cit.*

⁵ O inquérito foi aplicado a uma amostra representativa dos jovens do concelho de Loures, concelho da Área Metropolitana de Lisboa com mais de trezentos mil habitantes.

⁶ Dizemos à primeira vista, mas veremos à frente que as jovens mulheres quase sempre defendem mais posições «modernistas» do que os jovens do sexo masculino.

⁷ O facto de os protestantes serem uma minoria religiosa em Portugal pode explicar, como à frente se verá melhor, a persistência de posições específicas a propósito destes temas.

Mas vejamos agora outro tipo de disposições. Ainda no inquérito realizado no concelho de Loures perguntava-se aos jovens que não tinham casado qual seria a sua opção conjugal futura, isto é, de que forma pensavam concretizar este rito de passagem. Por ordem decrescente, as respostas foram as seguintes: realizar um *casamento religioso* (35%); *não ter projecto* definido a este nível (25%); *viver junto antes de casar* 20 %. Só 8% e 7,7% escolhiam, respectivamente, *casar pelo registo* e *viver junto sem casar*. Note-se que, se é verdade que a união de facto duradoura recolhe novamente pouca adesão, já é muito mais significativo o número dos que desejam viver junto antes de casar.

Repare-se ainda na escolha elevada da opção «sem projecto». Uma das hipóteses que se poderia colocar era de esperar que esta escolha diminuísse à medida que a idade dos jovens aumentasse, tendendo as respostas dos «sem projecto» a corresponder sensivelmente aos jovens que estão mais distantes da situação matrimonial. Mas não é isso que se verifica. O cruzamento da variável idade não introduz qualquer alteração significativa nas opções conjugais.

Ora o que tal resultado faz supor é que, para um conjunto não desprezível de jovens, a forma de celebração do casamento parece ser uma opção mais conjuntural. Deixa-se a decisão sobre esta modalidade para quando o momento chegar, espera-se para decidir com o parceiro e, eventualmente, com as famílias próximas. Nada, portanto, que se situe no plano das opções profundas ou ideologicamente muito assumidas.

A escolha do *casamento religioso*, por sua vez, parece sobretudo significar uma perspectiva ritualista. Por um lado, no mesmo inquérito, um número significativo dos jovens que se afirmam não católicos (17% dos agnósticos, 26% dos indiferentes e até 7% de ateus) afirmam desejar casar pela Igreja. Ou seja, nestes casos, que em conjunto significam mais de metade dos que escolhem o casamento religioso, opta-se por esta modalidade de casamento de forma puramente pragmática, presumivelmente porque o ritual religioso parece ser mais valorizado socialmente do que o casamento civil.

Por outro lado, e nas entrevistas realizadas, verificou-se que quando se pede aos entrevistados opinião sobre o casamento religioso, a posição que recolhe maior adesão é aquela em que se declara que «o casamento pela Igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas». Opção que vale mesmo quando os entrevistados casaram pela Igreja. No caso dos mais jovens, não só se adere maioritariamente também a esta posição, como ainda se defende, de forma mais clara do que no caso dos mais velhos, que «o casamento pela Igreja é geralmente praticado porque é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante». Por último, confirmando aquilo que atrás se afirmou, são em número muito pouco expressivo os entrevistados que defendem a ideia segundo a qual «o casamento religioso é o que consagra verdadeiramente a união entre duas pessoas».

Mas vejamos agora de forma mais sistemática o que a análise das entrevistas em profundidade realizadas aos casais mais jovens faz aparecer.

Identificámos quatro tipos de posições a propósito da forma de celebração do casamento: *estritamente pragmáticas*, *estatutárias*, *ritualistas* e *espiritualistas*. Considerámos para esta análise as entrevistas dos jovens com durações de casamento menores do que dez anos e com idades geralmente compreendidas entre os 24 e os 31 anos⁸.

Num primeiro grupo identificado são dominantes os jovens com formação universitária. Como se sabe, e é bom não esquecer, no conjunto global dos jovens portugueses este sector é ainda muito minoritário. No grupo etário dos 20 aos 24 anos com apenas 17,3% os jovens que frequentavam a universidade em 1989. (Almeida, Costa, Nodulo, 1994)

É neste sector que surgem as posições estritamente pragmáticas. O casamento é mais cómodo, dizem eles, para não levantar problemas com a família. O que quer dizer que a geração dos pais, de um ou de outro cônjuge, ainda suspeita da «união de facto». Invocam-se motivos genericamente relacionados com o controlo social (parece mal...).

Para os jovens, por outro lado, não parece constituir grande problema ceder a esse desejo. Rapidamente se conformam ao que aparece mais como «vontade» do que como verdadeira pressão. É uma sugestão mansa a que os jovens cedem mansamente. A ideia de que ao fazê-lo estão também a marcar o seu território aparece, curiosamente, porém, associada a este argumento. Cedendo, os jovens estão também a dizer que não querem interferências e que os devem deixar seguir a sua vida em paz. Um único casal, neste grupo, conheceu a experiência da coabitação. Diz-nos a mulher:

[...] ele tem por trás uma família convencional e eu tenho exactamente o contrário. Portanto, para mim o casamento estava muito longe, nunca tinha pensado nisso, e pronto, achei que devíamos viver juntos para ver se a experiência dava certo ou não. Realmente deu certo e depois comecei a ceder um bocado às pressões da família dele e a pensar... *por que não?* Por que não legalizamos a situação? E o casamento foi mais no decorrer disso [...] já estávamos como se estivéssemos casados. Vivíamos os dois juntos [...]. [Manuela Leitão, 26 anos, formação universitária]

Neste grupo ainda, foi nos casos em que os pais, de um ou do outro cônjuge, desejavam que os filhos casassem pela Igreja Católica, que se notou maior capacidade de afirmação da vontade dos jovens. Nestas situações o compromisso residiu no casamento pelo Registo Civil. Novamente aqui foi o pragmatismo que se impôs.

⁸ As idades dos homens são sempre ligeiramente superiores às das mulheres.

Para nós era mais cómodo o casamento. A família dela era mais conservadora, mais tradicional e ela é muito assustada com essas coisas. Por mim a formalização do casamento não era necessária [...]. Também nunca sofri desses complexos «anos 60» de que o casamento é uma aberração. O compromisso que se assume é antes de se assinar o papel, não é depois. O papel foi um pró-forma para pagar menos impostos e para formalizar as coisas perante a família dela. Se não tivéssemos casado esses traumas da família duravam seis meses, até aparecer o primeiro neto [...]. Mas também não há necessidade de estar com esses dramas todos [...] o mais cómodo possível [...]. [José Martins, 29 anos, formação universitária]

Resta acrescentar que a mulher de José Martins nos afirmou claramente que se não casassem formalmente «era um escândalo, o meu pai deixava de me falar».

2. O CONTROLO SOBRE AS JOVENS MULHERES

Pormenor ainda interessante a propósito da coabitação e deste jogo entre a vontade dos pais e o desejo de afirmação dos jovens é o que se passa com as relações sexuais pré-matrimoniais. É sob a égide do não-dito, do subentendido, que se actua. Assim, todos os entrevistados deste grupo etário, e dos mesmos sectores sociais, tinham tido relações sexuais com outros parceiros ou com os seus futuros cônjuges antes de casar. Mas essa situação era completamente escondida dos pais nalguns casos, noutros era simplesmente algo de que não se falava.

Ora, se por referência ao passado o facto de haver alguma experiência sexual antes do casamento, particularmente no caso das raparigas, representa uma mudança e um avanço, a verdade é que o tema da intimidade sexual ainda deixa os jovens e, particularmente os pais, pouco à vontade. Na realidade, quando comparamos estas jovens com as entrevistadas com mais de 35 anos, verificamos desde logo uma diferença. As últimas, na grande maioria dos casos, ou eram virgens antes do casamento ou tinham tido relações sexuais antes de casar com o seu futuro cônjuge. O que nos leva a concluir que, pelo menos para a maioria das mães destas jovens, as suas filhas terão, caso tenham conhecido outros parceiros sexuais que não os seus futuros maridos – o que tende a acontecer mais frequentemente, aliás, no caso das jovens universitárias – mais experiência sexual do que elas próprias. Além de outras perplexidades, esta situação não deixa de poder explicar algum do embaraço na forma de encarar a maior permissividade contemporânea face à vida sexual dos jovens.

Ora se compararmos esta situação com o facto de a coabitação antes do casamento ser muito expressiva noutros países, talvez se encontre aqui uma

das chaves para o mistério. Coabitar antes do casamento já é reconhecer claramente que se partilha a vida com alguém de forma integral. O que parece ser difícil para os jovens é justamente dar o passo de romper uma ambiguidade cómoda explicitando inequivocamente o relacionamento sexual. É que esse facto em si mesmo já representa em relação aos pais, e particularmente em relação às mães, uma enorme mudança. Aliás, parece bem claro o aumento muito significativo das margens de liberdade das jovens universitárias, particularmente quando a frequência da universidade corresponde a uma mudança de residência, ou representa um processo de mobilidade social em relação aos pais. Verifica-se nesses casos uma oportunidade de libertação do controlo paterno, o qual continua a exercer-se de forma cerrada em muitas circunstâncias. Situação apenas um pouco mais aliviada, em geral, quando os pais têm formação de ensino superior ou quando simplesmente são mais descendentes.

O tabu da sexualidade parece assim mais presente do que à partida se poderia esperar. Vive-se numa espécie de jogo cuja regra parece ser a de manter implícita a situação, ou seja, de guardar sobre ela o silêncio. Coabitar estragaria o jogo, era afirmar o que todos sabem mas não querem dizer nem reconhecer explicitamente. Como se considera que não vale a pena correr esse risco, cede-se ao casamento.

O pragmatismo destas posições merece ainda um comentário. Estes jovens não fazem do casamento uma questão de combate ou de afirmação de valores. Nos anos 60, pelo contrário, a tendência em alguns sectores com formação universitária ia no sentido de combater as ideias tradicionais a propósito do casamento e da família, afirmando o amor como fundamento legítimo para o casamento ou defendendo também a união de facto como garantia de manter a relação apenas segundo os critérios afectivos.

Mas esta diferença não nos pode conduzir à conclusão de que os jovens de hoje são conservadores ou que voltaram a padrões tradicionais. Primeiro, eles vivem num contexto em que os valores pelos quais a geração de 60 lutou se tornaram valores dominantes, pelo menos ao nível do discurso. Depois, quanto às realidades práticas, a legislação sobre o divórcio criou condições inteiramente diferentes das que existiam anteriormente. Hoje, a reversibilidade, em caso de insucesso da relação conjugal, está assegurada e não merece batalhas. O casamento pode tornar-se uma opção pragmática, que dependerá para os que o desejem realizar, apenas das maiores ou menores vantagens que se lhe atribuem. Nessas maiores ou menores vantagens incluem-se os problemas com terceiros (família, contexto social ou profissional), os impostos e benefícios fiscais, etc. De qualquer forma, prevalece a ideia de que o laço conjugal juridicamente confirmado é mais forte do que a união de facto.

Num segundo grupo identificado, onde encontramos mais jovens sem formação universitária, esta última ideia tem ainda mais força. O desejo de casar funciona aqui também como garantia de estabilidade, forma mais evi-

dente de ganhar um *estatuto* e a respeitabilidade respectiva. É este ponto de vista que deixámos identificado como *estatutário*:

Quando assinamos os papéis de casamento estamos a assinar um contrato, influencia um pouco a relação entre duas pessoas. [...] Ela é minha, ele é meu. O viver a dois sem papel assinado [...] há sempre algo em aberto, há sempre uma porta aberta, de um momento para o outro há um que pode sair.

Nestes casos, mesmo sem ter em conta a vontade dos pais, o casamento seria a opção a tomar. Ele aparece de forma «naturalizada» como a sequência lógica de um projecto de relação amorosa e afectiva estável. Mas além de contribuir para ganhar estatuto «adulto» a formalização do casamento aparece também, em alternativa à simples coabitação, como forma de garantir sem grandes guerras com os pais autonomia e maior liberdade. É nestes sectores sociais aliás que o controlo sobre as raparigas antes do casamento se parece exercer de forma mais apertada.

Diz-nos Manuel Antunes sobre a sua mulher:

Ela estava farta de estar lá em casa com aquela pressão, com aquele ambiente [...] se calhar também viu que [casar] era uma maneira de sair de lá, de ter mais liberdade.

Nas descrições sobre a situação que estas jovens viviam no tempo do namoro, o desejo de liberdade é referido com bastante frequência. Ermelinda Barreto, empregada de limpeza, 26 anos, afirma, em relação às expectativas que tinha face ao casamento.

Pelo menos tinha mais liberdade [...] tinha com quem falar, com quem estar [...] já podia estar um bocadinho à parte, ser eu.

Do lado dos pais, o que os parece preocupar ainda, sobretudo nos de menor capital escolar, é a reputação das raparigas, eventualmente comprometida se o relacionamento de coabitação se vier a quebrar. Casando, tal imagem negativa será esbatida, mesmo que depois as coisas não venham a correr como se deseja. Assim, enquanto noutros países a coabitação anterior ao casamento pode funcionar como fase de selecção de parceiros, em Portugal esse período experimental transfere-se para o próprio casamento.

A perspectiva *ritualista*, por seu turno, revela-se quando os entrevistados casaram pela Igreja embora com pouca ou nenhuma convicção religiosa. Nestes casos pode haver uma mistura entre os argumentos de tipo estatutário, pragmático e os de carácter ritualista. Por um lado, o casamento é considerado como um marco importante, um compromisso, um meio de adquirir estatuto. Por outro, a cerimónia religiosa acentua o valor do rito de passagem e é

um sinal mais evidente para indicar o desejo de respeitabilidade e conformidade.

A hipótese foi sempre de casar. [...] Penso que nunca me passou pela cabeça ser só pelo Registo. Porquê? Talvez porque perante a sociedade o casamento pela Igreja é que vale, não é? Mas acho que é diferente. No Registo é só assinar o papel, não tem piada. [...] E o casamento pela Igreja tem um pouco mais de espectáculo, não é só o espectáculo, um bocado mais de pompa. [...] Mas também é um dia que uma pessoa gosta de recordar. [João Lopes, 35 anos, frequência do ensino secundário, encarregado de loja]

Eu gosto do ritual da Igreja e se eu tomasse a decisão de não casar pela Igreja isso ia ser mal encarado pelos meus pais. [Isabel Antunes, 26 anos, secretária]

Argumentos caracterizando a posição espiritualista são menos frequentes, mas também aparecem. Encontramos aqui uma versão «modernizada» da ideia do casamento como sacramento. E dizemos modernizada porque também nestes casos se fazem curiosas combinações com a visão católica tradicional.

Serve de exemplo o caso frequente de os cônjuges terem tido relações sexuais antes do casamento, não seguirem as indicações da Igreja Católica quanto à contracepção e, ainda, aceitarem o divórcio. Mas foi por convicção que se casaram pela Igreja. Como revelam as palavras de Marta Varela, 27 anos, professora do ensino secundário: «sou católica, o casamento pela Igreja tem um significado diferente»; ou ainda as de Ermelinda Barreto, já acima nomeada, que afirma: «se fosse casada pela Igreja as coisas seriam abençoadas de outra maneira». Estes são alguns dos poucos exemplos de posições espiritualistas. Posições, como se disse, através das quais se realiza o compromisso de manter a convicção religiosa, associando-a, embora, à assumida liberdade de não seguir as prescrições da Igreja Católica em diversos aspectos da vida e do quotidiano conjugal.

O problema das perspectivas actuais sobre o casamento religioso merece ainda breve referência.

Apesar de ter descido desde os anos setenta até hoje, o casamento católico continua a ser, nalgumas regiões do País, expressivamente maioritário. Por outro lado, o nosso país tem uma percentagem de católicos não praticantes que não só é a mais alta dos países europeus tradicionalmente católicos como é maior do que o valor médio da Europa⁹. Como a pesquisa bem evidencia

⁹ A média europeia de católicos não praticantes é de 42% e em Portugal este valor é de 47%, in Luís de França, «Ética e sentido da vida», Luís de França (coord.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED, 1993, op. cit., p. 117.

tudo leva a crer que há mudanças interessantes quer na forma de encarar o casamento religioso, quer na própria atitude face à religião.

Como vimos, à excepção dos religiosos convictos, os jovens tendem a avançar argumentos de carácter ritualista para explicar a opção pelo casamento religioso. Sabe-se que o número dos que se afirmam católicos praticantes é muito menos expressivo do que o dos que casam pela Igreja. Vimos também que mesmo os que casaram pela Igreja e defendem a perspectiva ritualista, e até mesmo a espiritualista, aderem também à ideia de que «o casamento pela Igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas». Finalmente, tendem a rejeitar a afirmação segundo a qual «o casamento é um sacramento».

A forma de encarar o casamento religioso foi aliás objecto de análise mais minuciosa na pesquisa que temos vindo a referir¹⁰. Retenha-se apenas um aspecto que pode facilmente ser enunciado. No geral, quem decide da forma de realização do casamento – isto é, se se trata ou não de realizar um casamento religioso – são essencialmente as mulheres. Tal não significa necessariamente que elas sejam mais sensíveis à religião. Como vimos, eram elas que mais rejeitavam a ideia de que o casamento é «sacramento» ou que achavam que «o casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas». Talvez se lhes possa atribuir maior pragmatismo, em conjugação com o facto de os homens assumirem uma posição mais frequentemente *transigente* deixando esse território de decisão a favor das suas futuras mulheres.

Faz sentido agora retomar alguns dos fios condutores já traçados. Se tomarmos como referência o contexto português, é necessário ter em conta que a prevalência das posições ritualistas ou pragmáticas só pode ser entendida no quadro das referências valorativas, e até jurídicas, actuais. Isto é, numa circunstância em que sem constrangimentos de maior se possa assumir «a beleza» do ritual sem pagar a factura de ter de ficar comprometido definitivamente.

A tendência actual para encarar o casamento como um rito de passagem ao qual se deve associar alguma pompa e circunstância pode ainda ser explicado de outra forma. Não se pretenderá também através da publicização, e pela afirmação exterior, o reforço simbólico de um laço que se sabe ser de certo modo mais frágil ou mais ameaçado de dissolução do que no passado? Não será esta também uma maneira subtil de esconjurar fantasmas e de reforçar a convicção de positividade sempre associada ao início de uma etapa da vida que se quer diferente? E não será também que, para efeitos de afirmação simbólica, a cerimónia do casamento civil, tal como ela é realizada em Portugal, é demasiado prosaica, não dignificadora e talvez até um pouco deprimente?

Se se procurar desenhar comparações com outros países, podemos chegar a duas constatações interessantes. Uma, que denota a tendência central para a «secularização» do casamento, posição partilhada em toda a Europa. Outra

¹⁰ Isolando as posições face ao casamento religioso foi possível constituir uma outra tipologia, onde surgem mais bem marcadas as diferenças etárias, de duração do casamento, e entre os sexos.

que aponta para combinações e arranjos específicos – casa-se e não se coabita, realiza-se o casamento religioso mas não se pretende com ele afirmar nenhuma convicção, acredita-se na Igreja e pratica-se o catolicismo mesmo aceitando e praticando o que a hierarquia da Igreja não prevê nem aceita.

3. CASAMENTO – SIMÉTRICO E DISSOLÚVEL

Centrou-se até agora a atenção na tentativa de decifrar o facto de a coabitação em Portugal ser pouco frequente entre os jovens, procurando compreender ao mesmo tempo o tipo de representações associadas à entrada na vida conjugal. Vale a pena agora prolongar brevemente o exercício, assinalando outro tipo de representações sobre a conjugalidade.

Nos inquéritos realizados ou aplicados recentemente em Portugal a propósito da família e do casamento tem surgido de forma muito nítida a adesão bastante significativa dos portugueses ao modelo simétrico de família – modelo segundo o qual o homem e a mulher devem os dois trabalhar fora de casa e partilhar os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas¹¹. Entre os jovens a aceitação do modelo simétrico é ainda mais significativa. Estes valores atingem os 81% entre os jovens do concelho de Loures (Almeida, *et al.*, 1996) e são as mulheres que mais o sustentam. Aliás, nos inquéritos já referidos os homens tendem sempre a aderir menos ao modelo simétrico do que as mulheres¹². O que pode ser explicado pelo facto de a igualdade de direitos entre homens e mulheres na família ser mais activamente defendida por quem dela julga poder beneficiar directamente.

A defesa do modelo simétrico é também mais frequente junto dos jovens com maior instrução, que pertencem ao Status Médio e que são originários da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento. Esta tendência para serem os sectores mais instruídos, pertencentes a grupos intermédios, a aderirem mais significativamente ao modelo simétrico no funcionamento da família, ou a valores mais relativistas e democráticos, é comum na Europa (Harding e Phillips, 1986; P. Ester, L. Halman e R. de Moor, 1994). Os grupos menos

¹¹ Cf. Resultados do inquérito «As Classes Médias urbanas em Portugal – Recomposição Social e Mudança Cultural» pesquisa realizada entre 1987 e 1989, no quadro do Instituto de Ciências Sociais, financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, citado em J. Ferreira de Almeida, em colaboração, António Firmino da Costa, *Valores e Representações Sociais (Portugal – Os próximos Vinte Anos, VII vol.)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. Cf., igualmente, Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro, «A Família» in Luis de França (coord.), *op. cit.*

¹² No inquérito às classes médias urbanas, citado acima, a diferença nas respostas dos homens e das mulheres é ainda mais significativa – aderem ao modelo simétrico 78,6 % das pessoas do sexo feminino mas apenas 55,8 % das do sexo masculino.

instruídos ou de *status* mais baixo tendem em geral a aderir a modelos tradicionais, embora globalmente estes tenham perdido popularidade.

Quanto à religião as variações não parecem ser muito significativas. Só os protestantes e os que pertencem a outra religião defendem valores significativamente abaixo da média para o modelo simétrico e acima para o assimétrico atenuado. Os ateus, pelo seu lado, defendem valores mais altos do que a média para a simetria. Católicos, agnósticos e indiferentes não se distinguem a este nível.

A indiferenciação de respostas entre católicos e não católicos (agnósticos, indiferentes) merece alguma atenção. Na verdade, como já foi referido, tudo indica que quanto a um conjunto significativo de valores e de orientações da vida quotidiana não há muita distinção entre católicos e não católicos. Quando se afirma que se professa a religião católica, não se está necessariamente a assumir uma posição religiosamente empenhada, ou ideologicamente distintiva. O empenhamento religioso pode contribuir para a defesa de uma posição específica e diferenciada, como se vê no caso dos protestantes. Não é difícil admitir que pelo facto de se tratar de uma minoria em Portugal, a prática religiosa seja aí mais efectiva e ideologicamente empenhada.

Também a maioria dos entrevistados na pesquisa a que temos vindo a fazer referência adere claramente ao modelo simétrico. O conjunto destes resultados permite evidenciar que, e numa leitura diacrónica, se operou em Portugal mudança significativa em relação ao que se considera ser o modelo ideal e adequado de família. Enquanto há 30 anos¹³ atrás se sustentava um modelo tradicional que envolvia a clássica divisão de tarefas entre homens e mulheres, hoje sustenta-se, no essencial, uma perspectiva inteiramente simétrica.

Sabe-se que se trata de uma resposta no domínio do que «deve ser» e não do que é na prática. A pesquisa, de resto, confirma o que outras investigações já revelaram, isto é, que a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres não é efectivamente igualitária. Não se pode interpretar a defesa maioritária desta opinião como sinal decisivo da emancipação feminina. Em Portugal, são as fracas remunerações dos homens que incitam ao trabalho profissional das mulheres como meio de garantir condições de vida acima dos limites da sobrevivência. Pode dizer-se assim que esta opinião exprime a transformação da necessidade em virtude.

Contudo, não deixa de ser significativa uma alteração desta natureza no domínio dos valores. Resultados da pesquisa sobre as dinâmicas conjugais demonstraram que a defesa destes valores de simetria tem efeitos simbólicos importantes de reestruturação cognitiva. Aliás, foi até surpreendente verificar como as mulheres, sobretudo as que trabalham em condições mais penosas,

valorizam de modo significativo a sua actividade profissional como fonte de autonomia, identidade social e valorização acrescida no quadro do funcionamento familiar (Torres, 1995).

A aceitação do divórcio é outro dos indicadores claros de mudança nas perspectivas sobre a família e o casamento. No inquérito aos jovens de Loures é inequivocamente rejeitada, pela enorme maioria, a ideia de que o divórcio nunca se justifica – aderem a esta posição apenas 9% dos jovens inquiridos. A opção que recolhe maior adesão é a que demonstra a necessidade do recurso ao divórcio quando há problemas graves na vida do casal, e mesmo que haja filhos, opção que classificamos como *Aceitação condicionada*, 48%, logo seguida de uma posição mais pragmática – *O divórcio é a solução para um mau casamento* – que designámos por *Aceitação sem condições*, 41%.

Quanto à *Religião* verifica-se que não há diferenças significativas a não ser em dois casos. Primeiro, com os protestantes, que revelam maior adesão à aceitação condicional do divórcio. Já quanto ao modelo de família se tinha verificado que a posição dos protestantes era específica. Em segundo lugar, nota-se que os ateus são aqueles que, sem margem para dúvida, mais aderem à aceitação do divórcio sem condições. Mas, de novo, globalmente, não se distinguem as posições de católicos, indiferentes ou agnósticos. O que mais uma vez vai no sentido do que tem sido referido – a variável religião deixou de ter valor discriminante decisivo quanto às opiniões sobre a conjugalidade e a família.

Quanto ao *Grau de instrução* pode verificar-se, tal como acontece para o *Status*, que são as posições extremas – recusa ou aceitação do divórcio sem condições – que são mais escolhidas pelos que têm menor grau de instrução. A análise dos resultados a partir do cruzamento da variável *Origem de classe* conduz a conclusões muito semelhantes. São os jovens originários do operariado que mais recusam o divórcio (14%, sendo a média 9,0%) e mais o aceitam sem condições (46%, sendo a média 41%). Apesar de os valores que distanciam estas posições da média não serem muito elevados pode presumir-se que há, entre os jovens que detêm menos capitais escolares, sociais e económicos, maior propensão para assumir posições marcantes, ideologicamente definidas. Ou se defende uma opinião libertária, ou se tende para uma posição mais tradicionalista. Nestes sectores, e provavelmente devido à própria dureza das condições de existência e de vida, as posições relativistas ou mais *nuançadas* são menos comuns.

A pesquisa sobre dinâmicas conjugais confirmou com toda a clareza estas posições. Quanto ao divórcio, é a sua aceitação sem reservas, no caso dos homens, ou a sua aceitação condicional, no caso das mulheres, que prevalece¹⁴. Mas as diferenças entre a aceitação incondicional e a aceitação com

¹³ Num inquérito realizado aos jovens universitários em 1964 concluiu-se que apenas 6,4% respondiam que «a mulher deve ter um emprego durante toda a vida». Cf. Eurico Figueiredo, *Conflito de Gerações, Conflito de Valores, Portugal – Os Próximos 20 Anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

¹⁴ Quanto ao divórcio propunha-se aos entrevistados que escolhessem uma das três posições seguintes: 1) Mesmo que haja razões fortes para o divórcio o casamento deve

condições não são muito relevantes. Mais clara, e extremamente ampla, é a rejeição da impossibilidade do divórcio.

A diferença que existe entre homens e mulheres a respeito da aceitação total ou condicional do divórcio pode ser explicada pelo efeito de género. Na verdade, as mulheres tendem a ter posições de maior dependência face ao casamento, resultantes de diferentes factores de discriminação – salários mais baixos, maior responsabilização pela educação dos filhos, etc. O que pode contribuir para uma aceitação do divórcio apenas nas situações em que ele se torna inequivocamente incontornável – problemas graves, persistentes.

Articulando estes resultados sobre a posição face ao laço formal do casamento e sobre o casamento religioso, a adesão a uma lógica de simetria no casamento e a aceitação do divórcio, temos um desenho sobre o «dever ser» contemporâneo perante a conjugalidade e família. De forma genérica, podemos dizer que há uma configuração normativa central apontando para uma visão *desinstitucionalizada*, *dessacralizada* e *democrática* do casamento. São os valores intrínsecos e relacionais que prevalecem sobre os valores da instituição ou da tradição. Por isso se admite que o laço conjugal se possa quebrar «de dentro para fora», isto é, sempre que os valores intrínsecos sejam postos em causa. É a simetria, entre homens e mulheres, que é considerada parte integrante e regra no jogo relacional.

4. CASAMENTO – DESINSTITUCIONALIZADO, COM PARTILHA E AUTONOMIA, EMPENHAMENTO E ATÉ ALGUM SACRIFÍCIO

As respostas a uma pergunta sobre as condições necessárias ao sucesso do casamento¹⁵, aplicada quer aos jovens de Loures quer aos entrevistados na

manter-se para que a família não se desagregue; 2) Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida, e ainda que haja filhos, há problemas graves na vida do casal que podem justificar o divórcio; 3) O divórcio é a melhor solução para um mau casamento.

¹⁵ Propôs-se aos inquiridos que respondessem, em relação a cada uma das opiniões expressas apresentadas de seguida, se tendiam a concordar ou a discordar de cada uma delas: 1) Para que um casamento resulte basta que haja *empenhamento e vontade* ao longo da relação; 2) Embora seja necessário o *empenhamento só por si não garante* o sucesso do casamento porque podem surgir factores que alterem a relação; 3) Para que o casamento tenha sucesso é necessária *dedicação* e, por vezes mesmo, que um dos cônjuges *sacrifique* o seu bem-estar em função do outro ou da família; 4) Embora tenha vantagens o casamento tende sempre a cair na *rotina* e depois mantém-se por *hábito* e sem verdadeiro amor; 5) O casamento é um *sacramento* e, por isso, os indivíduos têm o dever de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que ele resulte; 6) Para que um casamento resulte é preciso que seja um projecto de vida a dois em que a *partilha e a autonomia* tenham ambas lugar; 7) O casamento em si mesmo não tem grande importância e o que importa é o *bom relacionamento* entre duas pessoas; 8) Para que o casamento resulte basta que haja *solidariedade* e

pesquisa sobre dinâmicas conjugais¹⁶, permitem ainda traçar um quadro mais completo. Como veremos de seguida, a resultante global aponta para uma figura compósita e de compromisso entre diferentes elementos – concordância esmagadora com a ideia de partilha e autonomia na relação conjugal, mas também valorização do empenhamento na conjugalidade e até de algum sacrifício em função da família.

Os jovens tendem a concordar de forma muito expressiva com uma lógica de *partilha e autonomia* (94%) e com uma visão mais *desinstitucionalizada* do casamento (78%). Mas ao mesmo tempo, esta posição aparece associada à grande valorização do empenhamento e da vontade para garantir o sucesso do casamento. Na verdade, concorda-se pouco com uma visão mais desinvestida (*o casamento tende a cair na rotina e depois mantém-se por hábito e sem verdadeiro amor*, 28%); e embora se considere que o empenhamento por si só não chega (prevendo a hipótese, não desejada mas admitida como possível, da ruptura conjugal) valoriza-se também a *dedicação* e até, por vezes, o *sacrifício* para contribuir para o sucesso do casamento e o bem estar da família (65%).

O cruzamento de algumas variáveis, como o *Sexo*, o *Nível de Instrução Completo*, o *Status* e a *Religião* matizam de forma particular esta perspectiva global.

Quanto ao *Sexo*, podemos verificar que as diferenças entre os jovens são pouco significativas. Note-se, no entanto, e não será por acaso, que as jovens mulheres são relativamente menos partidárias da ideia que o casamento envolve necessariamente *dedicação* e mesmo *sacrifício individual* (69% de rapazes contra 62% de raparigas). Não querera isto dizer que elas já sabem que tendem a ser-lhes exigidos mais sacrifícios individuais do que aos homens, e que rejeitam essa situação? Por outro lado, nota-se também que as jovens tendem a aderir mais ainda do que os jovens a perspectivas não tradicionalistas. Assim, são elas que escolhem mais a ideia de *partilha e autonomia* (96% contra 92%) e uma visão *desinstitucionalizada* do casamento, ou seja, a ideia de que a relação entre os cônjuges é mais importante do que o casamento em si mesmo (80% contra 76%).

Quanto ao *Grau de instrução* verificam-se diferenciações interessantes. Nota-se em primeiro lugar, que quanto a instrução é menor, mais se adere a ideias voluntaristas (o empenhamento e a vontade bastam para 69% dos jovens com o Ensino Básico, sendo a média 56%), de sacrifício individual (77%, média 65%), de desinvestimento amoroso no casamento escolhendo

responsabilidade. Cf. Anália Cardoso Torres, Relatório Final de Pesquisa, «Trajectos e Dinâmicas Conjugais», op. cit.

¹⁶ Nas entrevistas em profundidade realizadas fizeram-se algumas adaptações desta pergunta, acrescentando alguns itens e retirando outros que já tinham sido incluídos noutras questões.

mais a condenação à rotina (36%, média 28%), de que bastam a responsabilidade e a solidariedade para que este resulte (50%, média 39%).

Em contrapartida, é nos jovens de formação média ou superior que elementos característicos do modelo associativo estão mais presentes – maior autonomia e partilha (100% dos jovens com o Ensino Superior, sendo a média 94%), maior valorização dos conteúdos relacionais do que das formas institucionais (81%, média 78%), menor adesão ao voluntarismo (35%, média 56%), menor adesão ao desinvestimento amoroso e à condenação à rotina (23%, média 28%). O cruzamento da variável *Status* conduz a um tipo de conclusões semelhantes às que foram tiradas a partir da análise do *Grau de instrução*.

Estamos assim novamente perante uma distinção classista já evidenciada noutras respostas. De um lado, os sectores intermédios, com maior nível de instrução, aderindo ao que sociólogos da família caracterizam como modelo «associativo» – privilégio do «eu» sobre o nós-família –, do outro, os que pertencendo aos sectores populares costumam preferir o que se designa por modelo «fusional» – maior atenção aos interesses do grupo familiar em detrimento do interesse individual (Kellerhals, 1987).

Quanto à *religião*, nota-se que os católicos e protestantes tendem a aderir mais à perspectiva voluntarista, às ideias da necessidade do sacrifício e de empenhamento, e aderem menos à visão desinstitucionalizada do matrimónio. Em contrapartida, não se notam diferenças quanto à religião na escolha da ideia de partilha e autonomia.

5. NÃO BASTA AMOR

A análise das respostas obtidas nas entrevistas em profundidade realizadas, por referência a uma questão idêntica à colocada aos jovens, conduzem exactamente ao mesmo tipo de conclusões. Saliente-se, no entanto, a resposta a mais uma opinião que se acrescentou ao leque de opiniões sugeridas aos jovens de Loures. Propunha-se, à imagem e semelhança das questões colocadas aos inquiridos em Loures, que concordassem ou discordassem da seguinte opinião: «Para que o casamento resulte basta que haja Amor». As respostas dos entrevistados mais jovens foram idênticas às dos mais velhos. O amor não basta.

A adesão romântica – que consideraria o amor como o critério único e exclusivo para garantir o sucesso do casamento – não se verifica assim. A grande maioria dos entrevistados rejeitam a ideia. Curiosamente, nem os mais jovens ou casados há menos de 10 anos, aderem a esta posição. Na verdade, até é nesse grupo que a rejeição parece mais liminar. Quererá isto dizer que afinal o ideal romântico não assume uma proeminência tão decisiva como seria provavelmente de supor?

A resposta à pergunta merece um pouco mais de atenção. O que a interpretação das respostas às questões abertas, nomeadamente à questão do sentimento amoroso e à sua evolução ao longo do processo de conjugalidade parece indicar, é que se verifica uma certa transformação. Declaram, sobretudo os mais jovens, que de início estavam apaixonados. Muitos, no entanto, parecem apontar para a transformação desse sentimento inicial numa perspectiva de amor conjugal como processo, construção, com outras componentes que podem não estar apenas directamente ligadas ao sentimento na sua perspectiva «pura» ou romantizada. Há quem fale em companheirismo, sentido de proximidade e partilha, solidariedade, amor parental, como outro tipo de sentimentos que foram surgindo ou se aprofundaram ao longo do casamento. Isto é, os entrevistados entenderam pela questão – «Para que o casamento resulte basta que haja Amor» – que se pretendia isolar a dimensão exclusivamente amorosa no sentido mais passional do termo e rejeitaram a exclusividade deste critério para o bom funcionamento conjugal. A interpretação é, aliás, inteiramente legítima já que a questão foi enunciada juntamente com outras que se referiam a diferentes critérios para o sucesso do casamento.

Os actores sociais têm do casamento, assim, uma visão que não é exclusivamente romântica – dito por outras palavras, é como se tivessem a clara consciência de que a conjugalidade envolve várias dimensões de interacção e entrelaçada, várias gradações de sentimento e emoção.

O conjunto destas respostas permite construir uma imagem das visões sobre o casamento bastante compósita. Não basta solidariedade e responsabilidade, não basta amor e não basta empenhamento. Confirma-se que o casamento precisa também de algum sacrifício e de algum empenhamento, mas que globalmente a lógica institucional e sacramental são rejeitadas. Tudo depende assim dos próprios processos de conjugalidade, que não estão condenados à rotina e que parecem ter maiores garantias de êxito quando a partilha e a autonomia estiverem presentes. É da articulação destes elementos todos, em ponderações diferenciadas pelos referentes culturais e sociais, que se constroem as configurações específicas da conjugalidade. Perspectiva simultaneamente confiante mas prudente, positiva mas não cega, afectiva mas não exclusivamente romântica ou aventureira. Em síntese, e contando agora com o conjunto de representações analisadas desde o início, trata-se predominantemente de visões processualistas, desinstitucionalizadas, laicas, relacionais e simétricas do casamento.

Pretendia-se no início contribuir para o esclarecimento de um aparente paradoxo que consistia na tendência dos jovens portugueses para rejeitarem a ênfase institucional do casamento mas apesar disso casarem. Julga-se que o conjunto das representações e práticas analisadas ajuda a esclarecer a ambiguidade inicial. A celebração do casamento representa, como tendência dominante, um certo pragmatismo. A partir de argumentos diferentes, ritualistas, estatutários ou estritamente pragmáticos, a maioria tende a optar pelo que

mais lhe convém, no momento apropriado, sem padronizações rígidas e inamovíveis.

Mas será que estas posições dos jovens têm alguma particularidade em relação aos adultos? Ou tratar-se-á da tradução de uma tendência global dos valores contemporâneos a propósito da família, do casamento, da religião, que se pode esperar prolongar-se no futuro?

É possível olhar para estas tendências e reconhecer nelas traços mais gerais. Ao contrário do que muitas vezes se crê, não se trata da perda de importância dos referentes ideológicos, mas antes de uma posição diferente face à oferta das ideologias. Por um lado, esta oferta aumentou. Há mais ideias disponíveis para ir buscar à prateleira do supermercado. Por outro, os arranjos que se fazem a partir da oferta disponível são mais variados, são feitos à medida, têm o toque de uma espécie de artesanato individual (Almeida, 1990).

Pode-se ser católico, mas praticar-se a contraceção em desvio às prescrições da hierarquia da Igreja, aceitar-se o divórcio, ou as relações sexuais antes do casamento. Pode-se ser ateu, agnóstico, ou indiferente e achar-se que o casamento religioso deixa uma marca mais forte, e achar válidas certas indicações da Igreja a propósito do casamento.

Ajustamentos, construções próprias e individuais mostram que as etiquetas antigas deixaram de servir para identificar claramente práticas e opiniões. Não deixará em todo o caso de haver arranjos específicos mais comuns nas nossas sociedades, certas regularidades geradas por condicionamentos diversos. Casar, mas afinal por que não?

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. Ferreira de, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, e GUERREIRO, Maria das Dores, «A Família» em Luís de França (coord.), *Portugal, Valores Europeus, Identidades Culturais*, Lisboa, IED, 1993.
- ALMEIDA, J. Ferreira de; PAIS, J. M.; TORRES, A. Cardoso; MACHADO, F. L.; FERREIRA, P. e NUNES, João Sedas, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures.
- ALMEIDA, J. Ferreira de; COSTA, A. F. e MACHADO, F. L., *Recomposição socioprofissional e novos protagonismos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- ASKHAM, Janet, *Identity and Stability in Marriage*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- BROWN, Robert, *Analysing Love*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CANCIAN, Francesca, *Love in América – Gender e Self-development in América*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CAPLAN, Pat (ed.), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres, Tavistock Publications, 1987.
- ESTER, P.; HALMAN, L. e MOOR, R. de, *The Individualising Society, Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press, 1994.
- GIDDENS, Anthony, *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press, 1991.
- GIDDENS, Anthony, *The Transformation of Intimacy*, Cambridge, Polity Press, 1992.

- HARDING e PHILLIPS, *Contrasting Values in Western Europe. Unity, Diversity and Change*, London, MacMillan, 1986.
- HARÉ, Rom (ed.), *The Social Construction of Emotions*, New York, Basil Blackwell, 1986.
- KAUFMANN, J. Claude, *La Trame Conjugale*, Paris, Nathan, 1992.
- KAUFMANN, J. Claude, *Sociologie du Couple*, Paris, PUF, «Que-sais Je?», 1993.
- KELLERHALS, Jean, *Mariages au Quotidien – Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.
- KELLERHALS, Jean, «Types d'interaction conjugale», in *L'Année Sociologique*, 37, 1987.
- LORBER, Judith and FARREL, Susan (ed.), *The Social Construcyion of Gender*, Califórnia, Sage Publications, 1991.
- LUHMANN, Niklas, *Love as a Passion*, Cambridge, Polity Press, 1986.
- ROUSSEL, Louis, *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob, 1989.
- SCHWARTZ, Olivier, *Le Monde Privé des Ouvriers*, Paris, PUF, 1990.
- SINGLY, François de, «Le Mariage Informel», *Recherches Sociologiques*, 1981, XII, 1.
- SINGLY, François de, *Fortune et Infortune de la Femme Marié*, Paris PUF, 1987.
- SINGLY, François de, *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, 1993.
- TORRES, Anália, «Travail Féminin et relations conjugales: quelques exemples de l'interinfluence entre sphère privée et sphère publique», in Ephesia, *La place des femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*, Paris, La Découverte, 1995.
- TORRES, Anália, «Casamento em Portugal – Entre o Sim e o Por Que Não?», *Actas do III Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 1997.
- TORRES, Anália, *Relatório final da pesquisa «Trajectos e Dinâmicas Conjugais»*, JNICT, 1995.
- TORRES, Anália, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – Uma Análise Sociológica*, Lisboa, Celta, 1996.